

(RE) SIGNIFICAÇÃO DE VELHOS CONCEITOS: REFORMA PSIQUIÁTRICA NO BRASIL

Maria Luzia da Silva Santana¹, Eric de Jesus Porto², Gleides Rosa de Jesus Silva Pires ², Tainá Regina de Paula², Thassia Raira Carrijo Sousa².

1. Professora dos Cursos de Psicologia e Pedagogia – UNIFIMES

2. Graduandos do Curso de Psicologia - UNIFIMES

RESUMO

A loucura assumiu ao longo da história da humanidade diferentes significados, a descoberta do louco pela razão gerou o uso de tratamentos ditos adequados e convencionais para ele. O louco foi qualificado como perigoso, agressivo e ameaça social sendo aceitável sua exclusão do convívio social, comunitário e familiar. O Movimento de Reforma Psiquiátrica questionou a prática manicomial, buscou resgatar a subjetividade e a cidadania da pessoa na condição de doente mental, propôs um serviço de assistência psicossocial substitutivo, a exemplo do Centro de Atenção Psicossocial (CAPS). Mesmo com esse Movimento, ainda ocorrem entradas nos hospitais psiquiátricos e recaem estigmas sobre ela. O presente estudo tem como objetivo discutir a questão dos estigmas da pessoa na condição de doente mental no contexto do modelo de assistência psicossocial.

PALAVRAS-CHAVE: Arte. CAPS. Desinstitucionalização. Saúde Mental.

INTRODUÇÃO

No imaginário social, ainda está presente a visão de que a pessoa na condição de doente mental representa uma ameaça e um perigo social. Essa condição possibilita preconceitos, rótulos, medo e exclusão social, estigmas que a desqualifica como sujeito que pensa, tem afetos, sentimentos e é transformada num ser objeto.

Apesar de ter acontecido o Movimento de Reforma Psiquiátrica, as mudanças são tímidas. Aspecto que sustenta a relevância de ampliar o debate e o desenvolvimento de intervenções voltadas à conscientização da população de que o “louco” é um sujeito de direitos que precisa de uma rede de apoio social, do convívio comunitário e familiar para que ele possa ter qualidade de vida.

A partir dessa ideia, propõe-se uma problematização sobre como a pessoa na condição de doente mental é representada no contexto do modelo de assistência psicossocial. Para isso, o presente estudo tem como objetivo discutir a questão do estigma social da pessoa na condição de doente mental no contexto do modelo de assistência psicossocial através de revisão de literatura.

MÉTODO

Para realizar a discussão sobre o estigma da pessoa na condição de doente mental foi realizado levantamento de artigos de pesquisas no Brasil publicados no período de 2008 a 2012 com os seguintes descritores: saúde mental, história da loucura, reforma psiquiátrica, luta antimanicomial, o estigma social da doença mental e CAPS.

RESULTADO E DISCUSSÃO

A Reforma Psiquiátrica brasileira surgiu no contexto de luta pela democracia, foi influenciada pela Reforma Psiquiátrica Italiana e pelo movimento da Reforma Sanitária. A crise da Divisão Nacional de Saúde e a greve dos técnicos de saúde mental em abril de 1978 são tidos como o estopim da Reforma no Brasil (PAIVA, 2003). Essa reforma propôs a desinstitucionalização e superação das práticas psiquiátricas tradicionais e buscou estabelecer um novo referencial social para a loucura, propondo a qualificação de sujeito para a pessoa na condição de doença mental.

O marco legal da Reforma Psiquiátrica é a lei 10.216, aprovada em abril de 2001 que regula as internações psiquiátricas e legaliza as mudanças no modelo assistencial (BRASIL, 2001). Assim, os CAPS são implantados com serviços substitutivos com o objetivo de melhor atender a pessoa na condição de doente mental.

Conforme Amarante (2009) numa dimensão cultural o objetivo maior do processo de Reforma Psiquiátrica é a transformação do lugar social da loucura, da diferença e da divergência. Assim, é possível sustentar que esse Movimento é revolucionário ao propor o rompimento de estigmas imputados a pessoa na condição de doente mental.

A pessoa inserida no CAPS pode participar de ateliês abertos, de atividades lúdicas e recreativas promovidas pelos profissionais do serviço, de maneira mais ou menos intensiva e articulada em torno de um projeto terapêutico individualizado, voltado para o tratamento e reabilitação psicossocial, devendo também haver iniciativas extensivas aos familiares e às questões de ordem social presentes no dia-a-dia dos usuários (ONOCKO-CAMPOS, 2006).

Para Kantorski (2004) os serviços ofertados direcionados a reabilitação psicossocial deverão possibilitar o acolhimento, o cuidado, a sociabilidade, ser espaços de inclusão da diferença, da superação dos medos e dos preconceitos, de aprendizagem, de exercícios, de construção de vínculos, da promoção da dignidade, da responsabilidade, do acompanhamento, da inclusão e reinserção familiar.

Além disso, Munari (2004) pontua que na assistência digna a saúde mental, a arte é uma aliada dos profissionais por tornar viável um contato sincero e profundo da pessoa com seu mundo. A arte no contexto da saúde mental é uma possibilidade de qualificar e colocar em evidência as qualidades e aspectos sadios da pessoa na condição de doente mental.

Os serviços de atendimento à saúde mental devem ser espaços de cidadania para seres reais e singulares, aspecto que possibilita o rompimento de estigmas existentes. A realização de atividades e cuidados acolhedores e inseridos na localidade, com a aproximação e apoio social, respeitando a

singularidade da pessoa, sua história, sua cultura e seus ritos, suas crenças, seus desejos e o ser humano na sua totalidade, possibilita a qualificação da sua identidade social real.

Mesmo com os avanços no campo da saúde mental, conforme Silva (2004) na sociedade atual, ainda há processos de cronificação e de institucionalização das pessoas na condição de doente mental grave. Considera-se que o processo de desinstitucionalização não tem constituído um êxito sem reservas, e a atenção comunitária ainda enfrenta muitas dificuldades operacionais (OMS, 2001).

Segundo a Organização Mundial da Saúde (2001), entre as razões da falta de melhores resultados no processo de desinstitucionalização estão a ausência de investimentos governamentais para preparação da comunidade e a inadequada preparação dos profissionais para aceitar a mudança de seus papéis. Quanto a essa questão profissional Munari (2004) salienta que;

Talvez o profissional de saúde devesse aprender com os artistas e loucos a ser mais ousado, se não ficasse tão arraigado ao que é certo ou errado, bom ou ruim, conveniente ou não, mas entendesse que essa composição humana das polaridades precisa ser compreendida, administrada e não isolada (MUNARI, 2004, p.81).

A partir dessa ideia de Munari (2004) sugere-se que talvez, se as pessoas fossem mais ousadas, menos coniventes e amarradas às regras e normas sociais cristalizadas como adequadas, não existissem espaços alimentadores de identidade social virtual.

CONCLUSÃO

A desinstitucionalização é um passo importante na busca da garantia da cidadania. A Reforma Psiquiátrica tem, mesmo que de forma lenta, conseguindo plantar novas sementes no imaginário social, possibilitando a (re) significação de velhos conceitos, por meio de um movimento político ideológico de saúde mental que possibilita qualificar a pessoa na condição de doente mental na sua singularidade com a sua forma particular de experienciar e dar sentido a vida.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARANTE, Paulo. Reforma Psiquiátrica e Epistemologia. **Cad. Bras. Saúde Mental**, Vol 1, nº 1, jan-abr. 2009 (CD-ROM). Disponível em: http://abrasme.org.br/cbsm/artigos/artigos/04_Paulo_Amarante.pdf Acessado em: 07 de out. de 2012.

BRASIL. **Ministério da Saúde**. Lei n. 10.216, de 6 de abril de 2001. Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental. Diário Oficial da União, seção 1.

KANTORSKI, Luciane Prado. O cuidado em Saúde Mental no contexto da Reforma psiquiátrica. In: VALLADARES, A. C. A. (Org.). **Arteterapia no novo paradigma da atenção em saúde mental**. São Paulo: Vetor, 2004, pp.15-30.

MACIEL, Silvana Carneiro et al . Representações sociais de familiares acerca da

MUNARI, Denize Bouttelet. Arte, arteiros e artistas: uma reflexão acerca da arte como instrumento de cuidado humano em Saúde. In: VALLADARES, Ana Cláudia Afonso (Org.). **Arteterapia no novo paradigma da atenção em saúde mental**. São Paulo: Vetor, 2004, pp. 69-86.

OMS. **Relatório sobre a saúde no mundo 2001** - Saúde mental: nova concepção, nova esperança. Genebra: WHO, 2001. Disponível em <http://www.dgs.pt/upload/membro.id/ficheiros/i006020.pdf> . Acessado em: 03 de agosto de 2012.

ONOCKO-CAMPOS, Rosana Teresa; FURTADO, Juarez Pereira. Entre a saúde coletiva e a saúde mental: um instrumental metodológico para avaliação da rede de Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) do Sistema Único de Saúde. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, 22(5): 1053-1062, maio, 2006.

SILVA, Thomas Josué. Caledioscopias narrativas: a outra desinstitucionalização da loucura. In: VALLADARES, Ana Cláudia Afonso (Org.). **Arteterapia no novo paradigma da atenção em saúde mental**. São Paulo: Vetor, 2004, pp. 31-47.